



1301
JP

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível n. 0140705-4

Apelante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador: Edgar Moury Fernandes Neto

Apelados: ADAIL GOMES DE LIMA e OUTROS

Advogado: José Henrique Wanderley Filho - OAB/PE n. 3.450

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE AGRAVO RETIDO NA APELAÇÃO. AUSÊNCIA. REQUISITO EXIGIDO PELO ART. 523, § 1º, DO CPC. CONHECIMENTO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. SERVIDORES ESTATUTÁRIOS. PROFESSORES. CORREÇÃO NO ENQUADRAMENTO REALIZADO DENTRO DO PCC DO MAGISTÉRIO ESTADUAL - LEI Nº 11.559/98. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DE ATO JURÍDICO PERFEITO. DIREITO ADQUIRIDO. REGIME JURÍDICO. INEXISTÊNCIA. ADIMPLEMENTO DO PAGAMENTO DE EFEITOS FINANCEIROS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DO ART. 51 DA LEI Nº 11.559/98. PAGAMENTO DE VERBAS ATRASADAS. PROCEDÊNCIA. INCORPORAÇÃO DE 3,5% DO SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL. HORA-AULA. EXTENSÃO DE VANTAGENS. IMPOSSIBILIDADE QUANTO A ESTE PEDIDO. SÚMULA DO STF, ENUNCIADO N. 339. APELAÇÃO JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE.

1. Nas hipóteses em que o CPC exige a interposição de agravo retido, não obstante já tenha sido interposto recurso de apelação, a ausência da reiteração exigida pelo art. 523, § 1º, do CPC, não pode ser vista como circunstância capaz de impedir o conhecimento do agravo. Precedentes: STJ - REsp. n. 29.154-2, 4ª Turma, Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 17.11.92, DJu: 01.02.93. REsp 931.134, 3ª Turma, Min. Nancy Andrighi, j. 24.03.2009, DJ 03.04.2009.

2. Considerando as robustas provas carreadas ao longo do *iter* processual, é certo que não houve agressão a ato jurídico perfeito. Segundo o posicionamento pacífico perfilhado nos pretórios de cúpula (STJ e STF), inexistente direito adquirido a regime jurídico, tampouco a forma de cálculo. Precedentes: STF - AI 720.887-AgR/PR, Rel. Min. Cármen Lúcia; AI 769.533-AgR/PR, Rel. Min. Ellen Gracie; AgR no AI 825.743-TO. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Primeira Turma. Julg: 23.03.2011. STJ - Processo: RMS 31768 - PE. Registro: 2010/0055272-0. Autuação: 09/04/2010. Recorrente: Adão Valdevino Silva e outros. Recorrido: Estado de Pernambuco. Relator(a): Min. GILSON DIPP - Quinta Turma.

3. A Administração Pública é livre para reenquadrar os seus servidores, ativos e inativos, dès que não cause decesso nos vencimentos/proventos. À luz destes fundamentos, não há de se falar,

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1302
JP

Apelação Cível n. 0140705-4

portanto, em violação do direito adquirido ou do princípio da Isonomia se a Administração altera o escalonamento hierárquico da carreira a que pertence o servidor inativo, reenquadrando-o em novos níveis para a progressão de servidores da ativa, desde que não implique em redução dos proventos do servidor inativo. Observância de títulos para a nova classificação. Possibilidade.

4. O pagamento de verbas atrasadas exsurge como cabível, na medida em que não é legítimo condicionar um pagamento mediante assinatura de termo de transação. A transação é ato de vontade das partes. No particular, o Estado não efetuou nenhum pagamento decorrente do art. 51 da Lei 11.559/98 aos apelados, tendo em vista que estes não aderiram à transação imposta pelo art. 4º da Lei Estadual nº 12.151/2001.

5. Nos termos da Súmula do STF, enunciado n. 339: "Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de Isonomia".

6. Não há ofensa ao princípio isonômico, negar-se ao servidor estatutário a extensão de vantagem obtida por outros servidores que, enquanto celetistas, obtiveram por força de decisão da Justiça do trabalho a hora-aula em 3,5% do salário mínimo, pois aquela decisão não tem efeito *erga omnes*, e, portanto, não beneficia nem prejudica terceiro. Precedentes: STF - RE n. 173252 - SP - TP - Rel. Min. Moreira Alves - DJU 18.05.2001 - p. 00087; ADI 1776 MC, Relator(a): Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, julgado em 18/03/1998, DJ 26-05-2000 PP-00024 EMENT VOL-01992-01 PP-00033; RE 160850, Relator(a): Min. Ilmar Galvão, Primeira Turma, julgado em 23/04/1996, DJ 14-06-1996 PP-21078 EMENT VOL-01832-02 PP-00400. TIPE - Apelação Cível nº 58325-9. Comarca: Recife. Relator: Siqueira Campos. Relator Acórdão: José Fernandes. Revisor: Freitas Medeiros. Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível. Data Julgamento: 18/11/2004. Publicação: DJ nº 231. Data da Publicação: 16/12/2004; Apelação Cível nº 42728-3. Comarca: Recife. Relator: Márcio Xavier. Relator Acórdão: Márcio Xavier. Revisor: José Fernandes. Órgão Julgador: Quinta Câmara Cível. Data Julgamento: 11/9/2001. Publicação: DJ nº 58. Data da Publicação: 27/3/2002.

7. Em homenagem ao art. 21, parágrafo único, do CPC, deve haver a inversão do ônus da prova, tendo em vista que o Estado decaiu da parte mínima do pedido.

8. Apelação Cível julgada parcialmente procedente. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator



1303
JP.

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao presente Recurso de Apelação, nos termos do relatório e voto do Relator, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 19. MARÇO. 2013

Jorge Américo Pereira de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível n. 0140705-4

Apelante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador: Edgar Moury Fernandes Neto

Apelados: ADAIL GOMES DE LIMA e OUTROS

Advogado: José Henrique Wanderley Filho - OAB/PE n. 3.450

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

RELATÓRIO

Vistos etc.

O ESTADO DE PERNAMBUCO, neste ato representado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE/PE, interpôs o presente recurso de apelação em face da sentença proferida pelo Juiz de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital que deu procedência aos pedidos formulados na presente AÇÃO ORDINÁRIA DE CORREÇÃO DE DISTORÇÃO DE VENCIMENTOS por ADAIL GOMES DE LIMA e outros, com fundamento nos art. 5º, *caput* e inciso XXXVI, 37, *caput* e inciso XV, 40 §8º, da Constituição Federal, e no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Constituição, bem como nos arts. 98 e 99 da Constituição do Estado de Pernambuco, além de Leis Federais nº 10.173/01 e nº 9.394/96, Leis Estaduais nº 03/90 (Lei Complementar) e nº 11.559/98, que institui o Plano de Cargos e Carreiras e no Decreto Federal nº 67.322 de 02 de outubro de 1970.

A ação teve trâmite regular. Devidamente citado, o Estado Apelante requereu, às fls. 1033, limitação quanto ao número de Litisconsortes Facultativo que formaram os Autores e, em consequência, a devolução do prazo para resposta.

Sobre o requerido às fls. 1033 pelo Estado, manifestaram-se os Apelados às fls. 1035/1038, juntando os documentos de fls. 1039/1040.

O então Juiz singular proferiu decisão interlocutória às fls. 1042 indeferindo o requisitório do Estado Apelante formulado às fls. 1033.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

Em face disto, o Apelante, então réu, interpôs Agravo, na forma retida, do despacho indeferitório de fls. 1042, cf. se verifica às fls.1044/1046.

Em petição de fls. 1098/1103, vem o Estado de Pernambuco oferecer sua resposta em forma de contestação, aduzindo, em resumo, inconstitucionalidade da pretensão formulada, em face: perseguir vinculação remuneratória relativamente a cargos outros que têm tratamento legal distinto daqueles que ocupam, afrontar a Constituição Federal (art. 37, XIII C.F.), ser danosa ao interesse público; bem como limitação da prestação jurisdicional em sede de controle de constitucionalidade, em razão de se reclamar extensão de tratamento salarial supostamente privilegiado e não se pretender corrigir determinada distorção salarial.

Em petição de fls. 1105/1108, acompanhada pelos documentos de fls. 1109/1110, os Apelados contra-arrazoaram o agravo retido interposto pelo Estado Réu.

Os Autores replicaram à contestação às fls. 1113/1117, insistindo na procedência da ação.

Instado, o Representante do Ministério Público Estadual, em parecer, opinou às fls. 1120/1122 pela procedência da ação.

A sentença fustigada deu guarida ao pleito exordial, condenando o Estado apelante nos seguintes termos:

"Por tudo exposto e nos termos da fundamentação supra, julgo procedente ação para condenar o Estado Réu a:

1) Efetuar a necessária correção no enquadramento realizado dentro do PCC - Lei nº 11.559/98, para considerar os Autores/professores que estavam nas Faixas Salariais - VIII e IX, e Autores/especialistas em educação, que se encontravam na Faixa Salarial - FS-VI, enquadrados, respectivamente:

a) Os Autores Professores da pretérita Faixa Salarial - FS-VIII: na Série de Classes IV, Faixa C, Graduação com Licenciatura Plena e Doutorado, da Grade de Vencimento do Professor II, prevista no Anexo IV da Lei nº

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator

3293
CCA



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

11.559/98, que poderá ser com carga horária de 150 (cento e cinquenta) ou 200 (duzentas), conforme cada caso individual;

b) Os Autores Professores da pretérita Faixa Salarial - FS-IX: na Série de Classes IV, Faixa D, Graduação com Licenciatura Plena e Doutorado, da Grade de Vencimento do Professor II, prevista no Anexo IV da Lei nº 11.559/98, que poderá ser com carga horária de 150 (cento e cinquenta) ou 200 (duzentas), conforme cada caso individual;

c) Os Autores Especialistas em Educação da pretérita FS-VI: na Série de Classes IV, Faixa D, Graduação com Licenciatura Plena e Doutorado, da Grade de Vencimento do Professor II, prevista no Anexo VII da Lei nº 11.559/98, que poderá ser com carga horária de 150 (cento e cinquenta) ou 200 (duzentas), conforme cada caso individual.

2) Adimplir o pagamento dos efeitos financeiros decorrentes da aplicação do enquadramento previsto no art. 51 da Lei nº 11.559/98.

3) A incorporar ao vencimento-base dos Autores a parcela correspondente a 3,5% (três vírgula cinco por cento), do salário mínimo regional, verba destacada no art. 36 e seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 11.559/98.

4) Pagar as diferenças atrasadas, em decorrência desta decisão, porventura verificadas, com efeitos iniciados com edição da Lei nº 11.559/98.

Condeno, por fim, o Réu no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor total da condenação, o qual será apurado em liquidação da sentença", cf. fls. 1126/1139.

Em seguida, tempestivamente, sobreveio a Apelação do Estado de Pernambuco, consignando seus arrazoados fundamentos, na forma de memoriais, às fls. 1140/1149. Dentre suas razões, exsurge como fundamento o verbete eclipsado na Súmula do STF, enunciado n. 339, que diz que o Poder Judiciário não pode atuar como legislador, aumentando vencimentos de servidores públicos, com azo no princípio da isonomia. Para além disto, trouxe outras disquisições pertinentes à pecha de inconstitucionalidade contida no pleito dos autores, ora apelados. Não arguiu a preliminar do Agravo Retido, nos moldes do CPC, art. 523, § 1º.

Em sede de contrarrazões, os apelados rebateram as ilações assacadas pelo Estado, cf. argumentos repousados às fls. 1152 *usque* 1163.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator

1294
CGA



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

Às fls. 1182/1183, o Juiz Convocado Alexandre Freire Pimentel sobrestou o andamento do feito considerando decisão proferida em sede da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 079, que se encontra, até hoje, tramitando perante o seio do c. STF.

Os apelados reiteraram duas vezes a continuidade do julgamento do feito, cf. se depreende dos autos às fls. 1211/1214 e 1223/1224.

O e. Desembargador que me precedeu nesta Câmara entendeu, por duas vezes, manter o processo sobrestado, em ordem a aguardar o julgamento da ADPF n. 079-PE.

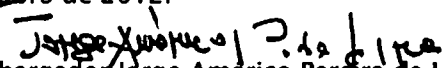
Nada obstante, vieram os apelados, pela terceira vez, propugnar a continuidade do feito, por entenderem que não há impedimentos ao julgamento.

Em seguida, o membro do Ministério Público com assento nesta Câmara de Direito Público emitiu promoção, ratificando o pronunciamento do *parquet* de primeiro grau, cf. fl. 1288.

Eis o relatório.

À douta revisão.

Recife, 23 ^{NOV.} de outubro de 2012.


Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1304
141

Apelação Cível n. 0140705-4 (141)

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Apelação Cível n. 0140705-4

Apelante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador: Edgar Moury Fernandes Neto

Apelados: ADAIL GOMES DE LIMA e OUTROS

Advogado: José Henrique Wanderley Filho - OAB/PE n. 3.450

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

VOTO

1) HISTÓRICO

Antes de adentrar no *meritum causae*, curial fazermos um breve histórico acerca da situação jurídica dos apelados. Pois bem:

Os apelados aduzem ser professores ou especialistas em Educação, efetivos e estáveis, sendo hoje todos inativos, pertencentes ao Magistério dos Ensinos Fundamental e Médio da Rede Oficial do Estado de Pernambuco, precedidos de atos julgados pelo Tribunal de Contas deste Estado - TCE/PE.

Noticiam que foram contemplados com as classes e faixas salariais atribuídas por leis e normas constitucionais que precederam os respectivos atos de inatividades, bem como as garantias advindas e recepcionadas pela legislação pertinente, destacando a Constituição Federal de 1988.

Verberam que veio a ser editada a Lei Estadual nº 11.559, de 10 de junho de 1998, instituindo o Plano de Cargos e Carreiras - PCC, do Quadro Permanente de Pessoal do Sistema Público Estadual e Esportes do Estado de Pernambuco, em atendimento a pleito da categoria e por exigência da nossa Lei Maior.

Os recorridos assentam, não obstante o que foi exposto, que o Réu, ao fazer a aplicação do plano, incorreu em uma série de distorções que,

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator

5



1305
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

por colidirem com a lei, inclusive, a própria Carta Magna e do Estado, desconsideram direitos e garantias dos Autores.

Discorrem acerca do enquadramento e suas fases, destacando lá as distorções verificadas, que colidem com a Constituição Federal e do Estado por desconsideram direitos e garantias já adquiridos, destacando, como fundamento de direito o seguinte:

Das distorções. Segundo os apelados, o Plano de Cargos e Carreiras - PCC do Quadro Permanente de Pessoal do Sistema Público Estadual de Educação e Esportes foi instituído pela citada Lei nº 11.559/98, a qual disciplinou no art. 30 o enquadramento, o que foi feito em duas fases.

A primeira fase do enquadramento consistiu na transformação dos cargos atuais para cargos integrantes do PCC, na consonância dos critérios de faixa salarial, na tabela correspondente ao cargo e tempo de serviço.

Definindo essa transformação de cargos, a alínea "a", inciso I, § 1º, do citado art. 30, da Lei nº 11.559/98, houve alargamento da classe única dos integrantes do magistério, transformando-a em duas classes distintas.

A primeira classe, que abrange os cargos de professores, estes ocupantes de Faixas Salariais: FS-VI a FS-IX, e os ocupantes dos cargos de Especialista de Educação, estes ocupantes de Faixa Salarial: FS-III a FS-VI, passou a denominar-se Professor II.

A segunda classe, que assenta os cargos de professores que laboram na 1ª a 4ª série do ensino fundamental, estes ocupantes de Faixas Salariais: FS-I a FS-IV, e professores portadores de licenciatura plena e que, no momento da implantação do PCC, estavam ocupando as FS de VII a IX e contavam com mais de dois anos de tempo de serviço, passou a denominar-se Professor I.

Com relação às atuais faixas ou classes, diz que foram absorvidas, de acordo com cada caso, pelo Professor II ou pelo Professor I.

Apontam ainda nesta primeira fase algumas singularidades que se fizeram presentes na Lei nº 11.559/98.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1306
[assinatura]

Apelação Cível n. 0140705-4

Relatam que o Plano no inciso I, alínea "f", de seu art. 30, chega aos atuais ocupantes do cargo de Professor Catedrático, cuja nomenclatura é FSN, para dispor que eles terão tratamento semelhante ao Professor II, na matriz de vencimento de Doutorado, o que leva ao Anexo IV - Grade de Vencimento - Graduado com Licenciatura Plena e Doutorado c/c o Anexo V - Professor Catedrático.

Ademais, enfatizam que, no sistema anterior, Catedrático, Professor I, Professor II e Especialista em Educação integravam uma classe única, voltada para o magistério. E em termos de faixa salariais integravam uma mesma carreira que ia da FS-I a FS-IX, compreendendo os professores do primeiro grau, do segundo grau e do ensino médio, entre eles estavam os ditos Professores Catedráticos e o Especialista em Educação.

Asseguram, em relação ao nivelamento, que Professor Catedrático e Professor FS-IX estão em grau de uniformidade, pelo que se vê do histórico das disposições legais, especialmente as Leis nºs 8.094/79 e 11.178/94, esta última em seu art. 6º reafirma a paridade entre ambos cargos do magistério.

Afirmam que a igualdade, entre o Professor Catedrático e Professor FS-IX, somente veio a ser quebrada com o enquadramento introduzido pela Lei nº 11.559/98, onde se constata lesão ao princípio constitucional da igualdade.

Dizem também os Apelados que o Estado de Pernambuco vem sendo desidioso, por três décadas, para com os professores, em razão de direito assegurado pelo Decreto Federal nº 67.322 de 02/10/1970, que previu, em seu art. 1º, a partir de 1971, aos professores de ensino médio oficial, que tenham concluído curso de nível superior, a retribuição de um limite mínimo, por hora-aula, de 3,5% do salário mínimo da Região.

Contam que, em face do descumprimento da norma pelo Estado, um grupo de 160 professores terminou por recorrer à Justiça, onde interpuseram a reclamação nº 820/79, ajuizada perante a 6ª Junta de Conciliação e Julgamento da 6ª Região da Justiça do Trabalho deste Estado, onde se postulou os direitos assegurados pelo referido decreto, cujo processo culminou com a sentença favorável em primeira instância, sendo esta objeto

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1307
JP.

Apelação Cível n. 0140705-4

de recursos pertinentes, os quais foram repelidos, vindo a mesma a transitar em julgado, inclusive com trâmite nos Tribunais Superiores - STJ e STF.

Ilacionam ainda que os valores decorrentes da condenação foram implantados, por força de mandado judicial, em procedimento de execução, onde o Poder Público não os incorporou ao vencimento-base dos pleiteantes. Limitando-se a cumprir o julgado em relação, tão-somente, aos então reclamantes.

Frisam que a implantação e conseqüente pagamento aos Postulantes de então foi formalizado sob a rubrica adicional, que de improviso, chamou o Estado Réu de PSM - Professor Salário Mínimo, omitindo-se, embora contra a lei, já que previsto no art. 36 e seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 11.559/98, de estender os mesmos benefícios aos demais professores.

Por último, também reclamam sobre o não pagamento dos efeitos financeiros decorrentes da aplicação e conseqüente enquadramento do Plano de Cargos e Carreiras instituído pela Lei nº 11.559/98, previsto no art. 51. Reafirmam que competia tão-somente ao poder público, após a operação aritmética dos respectivos valores individuais, saldar a parcela de cada um dos servidores beneficiados, o que não foi feito pelo Estado Réu, que unilateralmente, e ultrapassando os limites da legalidade, preferiu baixar o Decreto de nº 24.028/2002, definindo no seu art. 3º que a transação é condição imprescindível para o pagamento dos valores financeiros retroativos prevista no aludido decreto.

2) DA AUSÊNCIA DE PRELIMINAR DE AGRAVO RETIDO NA APELAÇÃO.

Por questão de ordem, observo que o Estado Apelante não apresentou a preliminar de Agravo Retido interposto nos autos. Em face disto, é certo que não se cumpriu com a exigência do art. 523, § 1º, do CPC, que determina:

Art. 523. Na modalidade de agravo retido o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator

JP.



1308
JP

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

§ 1º - Não se conhecerá do agravo se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal

Nada obstante, é digno de registro que a jurisprudência do c. Tribunal Superior de Uniformização da Jurisprudência Infraconstitucional - STJ - está pejada de precedentes em sentido diametralmente oposto. À guisa de exemplo, colha-se o seguinte aresto paradigmático:

Embora não requerida, quando da interposição da apelação, a apreciação do agravo retido interposto contra a omissão do exame de prescrição, impõe-se o exame da preliminar quando a matéria foi objeto de exame na sentença e fundamento da apelação¹.

Ainda assim:

Nas hipóteses em que o CPC exige a interposição de agravo retido, não obstante já tenha sido interposto recurso de apelação, a ausência da reiteração exigida pelo art. 523, § 1º, do CPC, não pode ser vista como circunstância capaz de impedir o conhecimento do agravo. Tal exigência, só tem sentido quando a sua satisfação for possível².

Nesta ordem de ideias, analiso o Agravo Retido. Mantenho a decisão do Juízo singular em todos os seus termos. Como se percebe ao longo dos autos, a defesa pode ser plenamente exercida pelo Estado Apelante. O número de autores não importou na dificuldade para a defesa rechaçar os argumentos expendidos pelos Autores Apelados na exordial.

Ademais, entendo que o feito encontra-se suficientemente instruído e pronto para julgamento. Nesse ser assim, passo ao desenlace.

3) DO MÉRITO

Razão assiste em parte ao Estado Apelante. A sentença singular merece reproches, de sorte a balizar o entendimento por ela encartado aos

¹ STJ - 4ª Turma, REsp. n. 29.154-2, Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, j. 17.11.92, Dju: 01.02.93.

² STJ - 3ª Turma., REsp 931.134, Min. Nancy Andrighi, j. 24.03.2009, DJ 03.04.2009.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



1309
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

posicionamentos firmados no STF, bem como desta Casa de Justiça Estadual.
Passo a me posicionar sobre cada um dos pedidos dos autores:

a. Da necessária correção no enquadramento realizado dentro do PCC - Lei nº 11.559/98:

Antes de analisar as supostas distorções apontadas, é oportuno focalizar que, antes da edição da Lei nº 11.559/98, os professores com nível superior pertenciam às pretéritas Faixas Salariais, FS-VI a FS-IX, e os Especialistas em Educação, também com formação superior, eram assentados nas Faixas Salariais, FS-III a FS-VI. Altercam os demandantes que houve agressão ao princípio da isonomia. Todavia, este tema já se encontra pacificado no seio dos Tribunais de Cúpula.

Desde outrora, os servidores públicos têm resguardado o direito à irredutibilidade de vencimentos e proventos, mas não possuem direito adquirido com relação ao regime de remuneração. Isso significa que o cálculo dos valores que compõem a remuneração, como gratificações, adicionais, entre outros, pode sofrer alterações promovidas a critério da Administração Pública, não sendo permitida, apenas, a redução da remuneração. Esse é o entendimento da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A sentença singular comporta reforma neste ponto. Razão não assiste aos apelados. Há muito, os Tribunais de Cúpula perfilharam o entendimento consolidado em suas Jurisprudências predominantes. Observe:

EMENTA. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. INATIVO. REENQUADRAMENTO. REGIME JURÍDICO. DIREITO ADQUIRIDO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. AGRAVO IMPROVIDO. I - Não há direito adquirido a regime jurídico. Assim, se alterado o escalonamento hierárquico na carreira a que pertence o servidor inativo, criando-se novos níveis para a progressão de servidores da ativa, desde que não implique em redução dos proventos do servidor inativo, não há falar em violação do direito adquirido e do princípio da isonomia. Precedentes. II - Agravo Regimental Improvido³.

³ STF - AgR no AI 825.743-TO. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Primeira Turma. Julg: 23.03.2011.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

Adrede, transcrevo o inteiro teor da decisão proferida no AI n. 825.743 - TO. É como se lê:

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário interposto de acórdão, cuja segue transcrita: "MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR. DECADÊNCIA. SUPERADA. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. REVISÃO DE PROVENTOS DE APOSENTADOS. MESMO CRITÉRIOS DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE. DIREITO LIQUIDO E CERTO VIOLADO. MANDADO DE SEGURANÇA. EFEITOS PRETÉRITOS.IMPOSSIBILIDADE.- Em caso de ato omissivo continuado, que envolve obrigação de trato sucessivo, o prazo para o ajuizamento da ação mandamental renova-se mês a mês, não havendo que se falar em decadência do direito a Impetração.- Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei, a rigor do que estabelece o art. 40, § 4, da Constituição Federal.- O mandado de segurança não serve para o recebimento de subsídios anteriores a data da impetração nos termos das súmulas 269 e 271 do STF" (fl. 285).No RE, fundado no art. 102, III, a, da Constituição, alegou-se violação aos arts. 37, X, 39, § 4º, 40, § 4º e § 8º, 169, § 1º, da mesma carta.O agravo merece acolhida. É pacífica a jurisprudência deste Tribunal no sentido de que não há direito adquirido a regime jurídico, não havendo falar, portanto, em violação do direito adquirido e do princípio da isonomia se a Administração altera o escalonamento hierárquico da carreira a que pertence o servidor inativo, criando novos níveis para a progressão de servidores da ativa, desde que não implique em redução dos proventos do servidor inativo. Nesse sentido trago à colação julgados de ambas as Turmas desta Corte:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO, ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. REENQUADRAMENTO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. Matéria constitucional que foi objeto de exame e debate prévios no Tribunal de origem. 2. Intimação do acórdão recorrido antes de 3.5.2007. Desnecessidade de demonstração formal da repercussão geral da questão constitucional." (AI 720.887-AgR/PR, Rel. Min. Cármen Lúcia).

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



1311
TOP

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO. RECLASSIFICAÇÃO. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO: INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. 1. O Supremo Tribunal Federal firmou sua jurisprudência no sentido de que servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico, sendo possível seu reenquadramento em outro nível da carreira, ainda que tenha sido aposentado no último nível desta. 2. Agravo regimental improvido" (AI 769.533-AgR/PR, Rel. Min. Ellen Gracie).

Cito ainda, as seguintes decisões, entre outras: RE 560.504/DF; RE 460.765/DF-AgR, Rel. Min. Cezar Peluso; AI 633.501-AgR/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes. Isso posto, com base no art. 544, § 3º e § 4º, do CPC, dou provimento ao agravo de instrumento para conhecer do recurso extraordinário e dar-lhe provimento. Sem honorários (Súmula 512 do STF). Publique-se. Brasília, 30 de novembro de 2010. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI- Relator.

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO: INEXISTÊNCIA. IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS: NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO⁴.

O Superior Tribunal de Justiça também nos deu a sua contribuição. Com a palavra o proficiente Min. Gilson Dipp:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. GRATIFICAÇÃO DE INCENTIVO. ESTABILIZAÇÃO FINANCEIRA. ALTERAÇÃO DE CRITÉRIO E BASE DE CÁLCULO POR LEGISLAÇÃO POSTERIOR. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO CONTRA ATO ADMINISTRATIVO QUE DISCIPLINOU A APLICAÇÃO DA LEI NOVA. RECURSO DESPROVIDO. I. A sentença judicial que garante a percepção da vantagem gera tão só direito adquirido à irredutibilidade dos valores. Ausência de direito adquirido ao regime de

⁴ STF - Processo AI 720940 PR. Relator(a): Min. CARMEN LÚCIA. Julgamento: 30/06/2009. Órgão Julgador: Primeira Turma.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



1312
106

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4
remuneração e aos critérios de cálculo na forma da jurisprudência consolidada. II. Recurso ordinário desprovido⁵.

Pois bem, da análise do conjunto fático probatório percebe-se que não houve decesso no reenquadramento. A irrisignação dos autores consubstancia-se, apenas, no fato de não terem sido reenquadrados da forma como desejavam. Não há, na espécie, agressão ao princípio da isonomia.

Em caso análogo, o e. Min. Arnaldo Esteves, no julgamento do REsp n. 954.014 - RJ, explicitou que o entendimento firmado pelo STJ é no sentido de que, "resguardada a irredutibilidade de vencimentos e proventos, não possuem os servidores públicos direito adquirido a regime de remuneração". É o caso dos autos.

O Ministro acima referido citou precedentes do STJ no sentido do seu voto, entre eles o que afirma:

"A alteração de determinadas parcelas que compõem a remuneração do recorrente (servidor), respeitada a irredutibilidade de vencimentos, não constitui ofensa a direito adquirido."

Os julgados destacados pelo ministro ressaltam, ainda, o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. *In verbis*: "Conforme jurisprudência do STF, o servidor público tem direito adquirido ao quantum remuneratório, mas não ao regime jurídico de composição dos vencimentos". Neste sentido, colha-se:

DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. ADICIONAL DE TITULAÇÃO. MP 2.048-27/00. ALTERAÇÃO NA FORMA DE CÁLCULO. REDUÇÃO DOS VENCIMENTOS. AUSÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Resguardada a irredutibilidade de vencimentos e proventos, não possuem os servidores públicos direito adquirido a regime de remuneração. Precedentes do STJ. 2. Hipótese em que os recorrentes, servidores públicos federais, não demonstraram que a reestruturação efetivada pela MP 2.048-27/00, a despeito da alteração na forma de cálculo do Adicional de Titulação de que trata a Lei 8.691/93,

⁵ STJ - PROCESSO: RMS 31768 - PE. REGISTRO: 2010/0055272-0. AUTUAÇÃO: 09/04/2010. RECORRENTE: ADÃO VALDEVINO SILVA E OUTROS. RECORRIDO: ESTADO DE PERNAMBUCO. RELATOR(A): Min. GILSON DIPP - QUINTA TURMA.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator

13



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

tenha reduzido o valor de sua remuneração. 3. Recurso especial conhecido e improvido⁶.

Insisto. O precedente acima reflete o caso dos autos. Nada obstante, a lei do reenquadramento apenas fez a observância de títulos e, eventualmente, outro critérios de destaque. Fatos estes que deram ensejo a uma nova classificação, dentro da qual os autores não se encaixaram.

Assim, à luz dos posicionamentos perfilhados no âmbito do STJ, e, maiormente, forte nas razões entabuladas nos julgamento do c. Pretório Excelso, o meu VOTO é no sentido de dar PROVIMENTO À APELAÇÃO DO ESTADO, reformando a sentença de base, de sorte a dar improcedência ao pedido exordial no que toca à correção no enquadramento realizado dentro do PCC - Lei nº 11.559/98.

b. Do adimplemento de pagamento de efeitos financeiros decorrentes da aplicação do art. 51 da Lei nº 11.559/98:

Em segundo pedido, os Autores visam também ao adimplemento dos valores correspondentes aos efeitos financeiros que decorrem da aplicação do enquadramento instituído pela Lei nº 11.559/98, prevista no art. 51.

A Lei nº 11.559/98, em seu art. 51, determinou que, na primeira fase dos enquadramentos, os efeitos financeiros, decorrentes desta lei, devem obedecer duas etapas:

Art. 51 (...)

- a) Na primeira etapa, segundo os critérios inseridos no inciso I, ou seja, o qual fixou o início do pagamento a partir de 1º de março de 1998 até 31 de outubro de 1998, conforme disposto no Anexo VI.
- b) Na segunda etapa, de acordo com a previsão do inciso II, isto é, com início de pagamento a partir de 1º de novembro de 1998, a teor do disposto no anexo IV.

⁶ STJ - PROCESSO: REsp 954014 - RJ. REGISTRO: 2007/0113841-2. AUTUAÇÃO: 17/05/2007. RECORRENTE: JOAQUIM CAMILO FILHO E OUTROS. RECORRIDO: COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR CNEN. RELATOR(A): Min. ARNALDO ESTEVES LIMA - QUINTA TURMA.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1314
JP

Apelação Cível n. 0140705-4

Ocorre que, em relação aos Autores, o Estado Réu não deu cumprimento ao referido dispositivo da Lei nº 11.559/98, deixando de efetuar-lhes seus respectivos pagamentos, uma vez que os Autores se recusaram a aderir ao termo de transação previsto no art. 4º da Lei nº 12.151/2001.

Neste escorreito viés, com acerto a sentença singular, uma vez que se afigura, a toda evidência, ilegal qualquer dispositivo legal no sentido de transpor o desejo das partes atinente à transação. Não é legítimo condicionar um pagamento mediante assinatura de termo de transação. A transação é ato de vontade das partes. E como muito bem lembram os Apelados: *"deve ficar imune à coação ou ao induzimento, sob pena de nulidade"*.

Em razão disso, deve-se dar provimento a este pedido dos Apelados para que lhes sejam pagos os valores e diferenças eventualmente verificadas, dêis que excluídas as eventuais verbas decorrentes dos itens "a" (correção no enquadramento realizado dentro do PCC - Lei nº 11.559/98) e "c" (incorporação, ao vencimento-base dos Apelados, da parcela correspondente a 3,5% do salário mínimo regional) deste julgado.

c. Da incorporação, ao vencimento-base dos Apelados, da parcela correspondente a 3,5% (três vírgula cinco por cento) do salário mínimo regional:

A bem da verdade, é cediço que o Poder Judiciário não possui a prerrogativa de decidir maneiras ou formas de investimentos de recursos financeiros, nem mesmo aumentar vencimentos com base no Princípio da Isonomia, pois agir dessa forma estaria indo de encontro ao Princípio da Separação de Poderes, insculpido no artigo 2º, da nossa Carta Magna. Ou seja, não poderá o Poder Judiciário agir no âmbito da esfera administrativa ou legislativa, sob pena de violar o mencionado princípio.

Destarte, já podemos asseverar que é impossível a incorporação de 3,5% (três vírgula cinco por cento), do salário mínimo regional ao vencimento-base dos Apelados. Aliás, este é o entendimento

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

assente de nossos tribunais, encontrando-se, inclusive, sedimentado na Súmula do Supremo Tribunal Federal, verbete nº 339, transcrita, *in verbis*, a seguir:

Súmula do STF, enunciado n. 339: Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia.

Neste sentido, vislumbro que conceder aos apelados a incorporação de 3,5% de salário mínimo caracterizaria expressa violação ao disposto na supramencionada Súmula. Corroborando a tese esposada acima, colaciono precedentes do Supremo Tribunal Federal. Vejamos:

EMENTA: SERVIDOR PÚBLICO - ISONOMIA - ARTIGO 39, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - SÚMULA 339 DO STF - Esta Corte, como demonstram os precedentes invocados no parecer da Procuradoria-Geral da República, tem entendido que continua em vigor, em face da atual Constituição, a súmula 339 ("Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos, sob fundamento de isonomia"), porquanto o § 1º do artigo 39 da Carta Magna é preceito dirigido ao legislador, a quem compete concretizar o princípio da isonomia, considerando especificamente os casos de atribuições iguais ou assemelhadas, não cabendo ao Poder Judiciário substituir-se ao legislador. Contra lei que viola o princípio da isonomia é cabível, no âmbito do controle concentrado, ação direta de inconstitucionalidade por omissão, que, se procedente dará margem a que dessa declaração seja dada ciência ao Poder Legislativo para que aplique, por lei, o referido princípio constitucional; já na esfera do controle difuso, vício dessa natureza só pode conduzir à declaração de inconstitucionalidade da norma que infringiu esse princípio, o que, eliminando o benefício dado a um cargo quando deveria abranger também outros com atribuições iguais ou assemelhadas, impede a sua extensão a estes. Dessa orientação divergiu o acórdão recorrido. Recurso extraordinário conhecido e provido.(Grifos Acrescidos)⁷.

Com a palavra, o e. Ministro Sepúlveda Pertence:

EMENTA: Gratificação de representação mensal: sua instituição por norma administrativa do Superior Tribunal de Justiça para os seus servidores,

⁷ STF - RE n. 173252 - SP - TP - Rel. Min. Moreira Alves - DJU 18.05.2001 - p. 00087.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator



1316
100

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

inativos e pensionistas, fundado em que vantagem correspondente fora atribuída aos seus por resoluções do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União: densa plausibilidade da arguição de sua inconstitucionalidade a impor sua suspensão cautelar, malgrado a justiça da sua inspiração. I. Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade mediata, reflexa ou indireta: diferenciação: 1. Não basta a desqualificar uma questão de inconstitucionalidade e inviabilizar a ação direta que a fundamentação do ato questionado invoque um vínculo qualquer com normas de hierarquia infraconstitucional: o que degrada o problema ao nível da inconstitucionalidade mediata, reflexa ou indireta - assimilável ao de mera ilegalidade -, é que efetivamente a conclusão sobre a compatibilidade entre o ato impugnado e a Constituição pressuponha a solução de controvérsia real sobre a inteligência de norma interposta de alçada infraconstitucional. 2. É ociosa a busca em velhas leis do fundamento legal para estender por norma administrativa, a servidores de um Tribunal, a vantagem funcional atribuída aos seus por resoluções das Casas do Congresso Nacional, dado ser incontroverso que leis de equiparação ou vinculação automática de vencimentos, quando não originariamente inconstitucionais, terão sido revogadas por inconstitucionalidade superveniente desde pelo menos a Carta de 1967. II. Isonomia constitucional vs proibição de equiparação ou vinculação de vencimentos. 3. O art. 39, § 1º, da Constituição - "A Lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário..." - é princípio explicitamente dirigido ao legislador e, portanto, de efetividade subordinada à sua observância recíproca pelas leis de fixação dos vencimentos dos cargos de atribuições iguais ou assemelhadas: é que a Constituição mantém a proibição, vinda de 1967, de vinculações ou equiparações de vencimentos (CF 88, art. 37, XIII), o que basta para elidir qualquer ensaio - a partir do princípio geral da isonomia - de extrair, de uma lei ou resolução atributiva de vencimento ou vantagens determinadas a um cargo, força bastante para estendê-los a outro cargo, por maior que seja a similitude de sua posição e de suas funções. 4. Daí que, segundo a invariável orientação do STF, o princípio constitucional da isonomia do art. 39, § 1º não elide o da legalidade dos vencimentos do servidor público, mas, ao contrário, dada a proibição pelos textos posteriores da equiparação ou vinculação entre eles, reforça a Súmula 339, fruto da jurisprudência já consolidada sob a Constituição de 1946, que não continha tal vedação expressa. III. Regime jurídico único, isonomia e privilégios setoriais: eventuais resultantes constitucionais. IV. Considerações laterais sobre a grave situação - retratada nos estudos técnicos que o motivaram e à qual

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



1314
100

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

buscou dar solução o ato questionado: esmagamento dos recursos humanos da máquina judiciária federal, resultante do ponto crítico no particular do regime de Poderes, no qual o Judiciário vê-se impotente na confluência dos fogos cruzados das resoluções do Legislativo, de um lado, e das medidas provisórias do Executivo, do outro. (Grifos Inexistentes no Original)⁸.

Na mesma senda:

EMENTA: AUDITORES DO ESTADO DO MARANHÃO. VENCIMENTOS. ISONOMIA COM OS AUDITORES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. VEDAÇÃO. SÚMULA 339. Segundo assentado pelo Supremo Tribunal Federal, não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento em isonomia (Súmula 339), nem ao próprio legislador é dado, segundo a Constituição vigente, estabelecer vinculação ou equiparação de vencimentos (arts. 37, XIII). O art. 39, § 1º, da CF, ao assegurar isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, estabelece norma que há de ser observada pelo Poder Legislativo na fixação da remuneração devida aos integrantes de cada categoria funcional, não havendo margem para extensão da remuneração de uma categoria a outra. Recurso extraordinário conhecido e provido⁹.

Para além disso, insta transcrever excerto da decisão monocrática proferida pelo Ministro César Peluso, do Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar a ADPF nº 79, a qual versa sobre caso idêntico ao dos autos, decidiu que o Poder Judiciário não possui competência para aumentar vencimentos de servidores públicos com base no Princípio da Isonomia:

"A ADPF SE INSURGE CONTRA UMA INTERPRETAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA QUE VEM CAUSANDO SÉRIOS DANOS FINANCEIROS AO ESTADO DE PERNAMBUCO. (...)

Em primeiro lugar, já no seu nascedouro, o TJ/PE atribuiu ao Decreto Federal 63.322/70 uma interpretação destoante do entendimento fixado no âmbito do SUPREMO.

⁸ STF - ADI 1776 MC, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 18/03/1998, DJ 26-05-2000 PP-00024 EMENT VOL-01992-01 PP-00033.

⁹ STF - RE 160850, Relator(a): Min. ILMAR GALVÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/04/1996, DJ 14-06-1996 PP-21078 EMENT VOL-01832-02 PP-00400.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1318
Top

Apelação Cível n. 0140705-4

Inegavelmente, o art. 1º daquele Decreto simplesmente estabelecia um critério para a liberação de recursos do Fundo de Participação para os Estados. Não se tratava de uma norma federal que obrigava os Estados a pagar determinado valor aos professores do ensino médio. Por óbvio, que tal interpretação é visivelmente inconstitucional por atentar contra a autonomia dos Estados e contra o próprio pacto federativo. Na sequência, essa decisão, já após a Constituição de 1988, foi tomada como paradigma para uma elevação injustificada do salário de outros tantos professores. Ou seja, por conta de uma situação absolutamente pessoal – o fato de terem sido vitoriosos em processo judicial, mesmo que com decisão final inconstitucional – o Judiciário local decidiu estender os vencimentos recebidos por um grupo de 16 professores para um novo grupo de 1.896 professores. Ignoraram, portanto, os efeitos irradiadores da decisão – que certamente serviria de incentivo para que os restantes 44.839 professores ingressassem no Judiciário em busca também de suas elevações de vencimentos. Em outras palavras, a premissa da qual partiu o Tribunal Estadual é que a condição privilegiada e pessoal (porque advinda de sentença judicial) de 161 professores (0,36% do magistério local) deveria ser estendida aos demais 99,64% dos professores. Além da falta de razoabilidade sob o enfoque da separação de poderes, a decisão é claramente contrária à Súmula 339 do STF que proíbe o aumento de vencimentos causados pelo Judiciário em virtude do princípio da isonomia." (Grifos Acrescidos)

Este, também, passou a ser o posicionamento adotado por esta Egrégia Corte de Justiça, conforme expõem os julgados transcritos a seguir:

"Ementa: Tratando-se, na hipótese, de direitos envolvendo, em tese, prestações de trato sucessivo, inacolhe-se a preliminar de prescrição do direito de ação. Unânime. Agravo retido. Sem procedência a alegada falta de fundamentação do "decisum" em relação à impugnação do valor da causa. Preliminar rejeitada. Unânime. Fundando-se o pleito dos autores em normas constitucionais que, segundo entendem, lhes asseguram, por força de alegada isonomia, os mesmos vencimentos de outros professores beneficiados com anterior decisão da Justiça do Trabalho, não há se falar em impossibilidade jurídica do pedido. Preliminar inacolhida. Unânime. Isonomia. Vantagem salarial obtida através da Lei Federal 5.692.71. Impossibilidade de se estender seus benefícios aos servidores com regime estatutário à falta de previsão legal. A vantagem remuneratória trazida pelos servidores paradigmas somente a eles se aplica, posto que foi obtida antes deles fazerem opção pelo regime jurídico único. Inexistindo lei que atribua essa vantagem aos ocupantes de

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator

19



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível n. 0140705-4

cargos iguais ou assemelhados, regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, não cabe ao Poder Judiciário fazê-lo, sob pena de usurpação de função legislativa. Provimento da remessa necessária, restando prejudicado o recurso voluntário. Decisão por maioria de votos¹⁰.

No mesmo viés, confira-se o posicionamento do e.
Desembargador José Fernandes de Lemos:

Ementa: ADMINISTRATIVO. SERVIDORES ESTATUTÁRIOS. PROFESSORES. HORA-AULA. EXTENSÃO DE VANTAGENS.- Não há ofensa ao princípio isonômico, negar-se ao servidor estatutário a extensão de vantagem obtida por outros servidores que, quando celetistas obtiveram por força de decisão da Justiça do trabalho a hora-aula em 3,5% do salário mínimo, em face de que aquela decisão não tem efeito erga omnes, e portanto, não beneficia nem prejudica terceiro.- Unânime.¹¹"

Diante de todos os argumentos expostos acima, tenho que a sentença, ora recorrida, merece reforma no que concerne à incorporação da vantagem de 3,5% de Salário Mínimo, posto que não se afigura lícita a equiparação de vantagens entre servidores públicos concursados e servidores "excepcionalmente" estabilizados, cf. art. 19 da ADCT, que são regidos pelo regime celetista.

Feita essa ressalva, é certo que os demais termos da sentença singular são dignas de encômios. Decerto, o caso posto a julgamento não é de difícil solução, tendo a Justiça Estadual de Pernambuco decidido sobre o tema reiteradamente.

d. Do pagamento de diferenças atrasadas, em decorrência da sentença, porventura verificadas, com efeitos iniciados com edição da Lei nº 11.559/98:

¹⁰ TJPE - Apelação Cível nº 42728-3. Comarca: Recife. Relator: Márcio Xavier. Relator Acórdão: Márcio Xavier. Revisor: José Fernandes. Órgão Julgador: Quinta Câmara Cível. Data Julgamento: 11/9/2001. Publicação: DJ nº 58. Data da Publicação: 27/3/2002.

¹¹ TJPE - Apelação Cível nº 58325-9. Comarca: Recife. Relator: Siqueira Campos. Relator Acórdão: José Fernandes. Revisor: Freitas Medeiros. Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível. Data Julgamento: 18/11/2004. Publicação: DJ nº 231. Data da Publicação: 16/12/2004.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

1320
JP.

Apelação Cível n. 0140705-4

Para além disto, entendo que este item do pedido restou prejudicado pela improcedência conferida aos itens "a" e "c" deste julgado. Nesta linha de ideias, passo proferir o meu voto.

VOTO no sentido de julgar PARCIALMENTE PROCEDENTE a apelação. Mantendo-se a sentença singular, apenas, no que concerne ao adimplemento do pagamento de efeitos financeiros decorrentes da aplicação do art. 51 da Lei nº 11.559/98, dê as exclusões das eventuais verbas decorrentes dos itens "a" (correção no enquadramento realizado dentro do PCC - Lei nº 11.559/98) e "c" (incorporação, ao vencimento-base dos Apelados, da parcela correspondente a 3,5% do salário mínimo regional) deste julgado.

O pedido de pagamento de verbas decorrentes da sentença restou prejudicado, tendo em vista que os pedidos "a" e "c" foram tidos improcedentes.

VOTO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos de: 1) correção no enquadramento realizado dentro do PCC - Lei nº 11.559/98, com base na jurisprudência do STJ e STF; 2) incorporação, ao vencimento-base dos Apelados, da parcela correspondente a 3,5% (três vírgula cinco por cento) do salário mínimo regional, posto que não se afigura lícita a equiparação de vantagens entre servidores públicos concursados e servidores "excepcionalmente" estabilizados, cf. art. 19 da ADCT, que são regidos pelo regime celetista.

Alfim, em homenagem ao art. 21, parágrafo único, do CPC, VOTO pela INVERSÃO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA, na mesma proporção antes fixada ao Estado Apelante.

Recife, 19. MARÇO. 2013

Jorge Américo P. de Lira
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



1321
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Apelação Cível nº. 0140705-4

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelados: Adail Gomes de Lima e Outros

Revisor: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de Apelação Cível interposta em face de sentença prolatada pelo Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que julgou procedente Ação Ordinária de Correção de Distorção de Vencimentos, para condenar o Estado de Pernambuco a pagar a Adail Gomes de Lima e Outros, servidores inativos do corpo de magistério do Estado de Pernambuco, (i) a efetuar a necessária correção no enquadramento realizado dentro do PCC – Lei nº 11.559/98; (ii) a adimplir o pagamento dos efeitos financeiros decorrentes da aplicação do enquadramento previsto no art. 51 da Lei nº 11.559/98; (iii) a incorporar ao vencimento-base dos apelados a parcela correspondente a 3,5% (três e meio por cento), do salário-mínimo regional, verba destacada no art. 36 e seus parágrafos 1º e 2º da Lei nº 11.559/98; e (iv) a pagar as diferenças atrasadas, em decorrência daquela decisão, porventura verificadas. Em decorrência da sucumbência unilateral, o juízo *a quo* condenou o Estado réu, ainda, no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor total da condenação.

O Estado de Pernambuco apelou voluntariamente da decisão retrocitada, argumentando que o Poder Judiciário não pode atuar como legislador aumentando vencimentos de servidores públicos, com escopo no princípio da isonomia, na esteira do que já fora pacificado pelo STF através da Súmula nº 339. Sustenta, ainda, inconstitucionalidade do pleito dos apelados.

Analisando os documentos acostados aos autos, bem como as argumentações despendidas pelas partes, verifico, quanto ao enquadramento dos apelados, que merece guarida a insurgência do apelante. Isto porque, é de se esperar que a Administração Pública tenha autonomia para proceder à modificação de seus quadros funcionais, de modo a buscar alcançar o primado da eficiência, conforme preceituado no *caput* do art. 37, da Constituição Federal. [assinatura]



1322
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Em busca de tal intento, a Administração estruturou a carreira do pessoal do Sistema Público Estadual de Educação através da edição da Lei 11.559, de 10 de junho de 1998, visando a “*valorização do servidor, bem como a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços de educação e esportes prestados ao conjunto da população do Estado de Pernambuco*” (art. 3º, Lei 11.559/98).

Na inicial da ação ordinária, os apelados afirmam que ao executar o comando legal a Administração Pública procedeu aos seus enquadramentos de forma equivocada, de modo a impingir-lhes prejuízo. Todavia, analisando a documentação acostada, concluo pela inexistência de referidos prejuízos.

Conforme já é de conhecimento notório, tem-se que os servidores públicos não têm direito adquirido a regime jurídico. No caso, os apelados, não se conformando com a nova classificação que lhes foi dada pelo Administrador na reformulação da carreira dos profissionais de Educação, formularam judicialmente pleito buscando o que, para eles, seria considerado o reenquadramento correto. Porém, verifico que eles foram alocados conforme a faixa salarial que sustentavam antes do advento da Lei 11.559/98, de modo que não se observa ocorrência de decesso remuneratório.

Na esteira do afirmado, tanto a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, quanto a deste Sodalício, são firmes no entendimento acerca da inexistência de direito adquirido ao regime jurídico ou a fórmula de cálculo remuneratório pelos servidores públicos, resguardando-se as situações em que haja decesso remuneratório. Neste sentido, colaciono abaixo os seguintes arestos:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO DE COMPOSIÇÃO SALARIAL. INTEGRATIVO IMPROVIDO. 1. Na esteira dos reiterados precedentes deste Sodalício e do STF, inexistente direito adquirido a regime de composição salarial. 2. A garantia do direito adquirido não impede a modificação para o futuro do regime de vencimentos

[assinatura]



1323
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

do servidor público. 3. É possível a redução da gratificação por meio de lei, desde que a normativa não afete o princípio constitucional da irredutibilidade salarial. 4. O art. 12, §§ 1º e 2º, da LCE nº 78/05 extinguiu a mencionada gratificação, sendo instituída parcela autônoma sem decesso remuneratório. 5. Recurso de agravo à unanimidade improvido. (TJPE, AGV 0008294-76.2012.8.17.0000, 2ª Câmara de Direito Público, Rel. Dês. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, data de julgamento 24/05/2012)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. VENCIMENTOS. QUINTOS. PLANO DE CARGOS. 1. Debate-se o alegado direito da recorrente a perceber vencimentos com a vantagem pessoal denominada quintos incorporada. 2. Segundo o STF, não há direito adquirido a regime jurídico (RE 563.965-7/RN). Ademais, as alterações da Lei Estadual 2.531/1999 não reverteram em prejuízos financeiros. 3. Recurso Ordinário não provido. (STJ, RMS 39291/AM, Segunda Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 19/12/2012)

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA IMPENSA NACIONAL – GEPDIN. NÃO CONFIGURAÇÃO DO ALEGADO DECESSO VENCIMENTAL. REVISÃO. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O Tribunal de origem, analisando as provas dos autos, entendeu inexistir, na presente demanda, prova de qualquer decesso nos vencimentos da parte autora. A desconstituição da conclusão a que chegou a instância ordinária, tal como propugnado, ensejaria nova incursão no acervo fático-probatório da causa, medida vedada na via estreita, do Recurso Especial, a teor da Súmula 7/STJ. 2. O servidor público não tem direito adquirido a regime jurídico, de forma que alterações na composição de seus vencimentos, retirando ou modificando a fórmula de cálculo de vantagens, sem que haja

[assinatura]



1324
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

redução do montante até então percebido, não fere os princípios da isonomia e da irredutibilidade de vencimentos. 3. Agravo Regimental de ENDERSON FAUSTINO CAETANO desprovido. (STJ, AgRg no Ag 1420122/DF, Primeira Turma, Napoleão Nunes Mais Filho, DJe 20/08/2012).

Outro pleito requerido pelos apelados e concedido em primeiro grau, também objeto deste recurso, diz respeito ao adimplemento dos valores correspondentes aos efeitos financeiros que decorrem da aplicação do enquadramento instituído pela Lei nº 11.559/98, prevista em seu art. 51. Neste ponto, entendo de flagrante ilegalidade o ato da Administração Pública relativa à vinculação por ela instituída à adesão de termo de transação (art. 4º, da Lei nº 12.151/2001) para tornar exequível o comando expresso no art. 51 da Lei nº 11.559/98.

Ora, é da natureza do ato jurídico de transação a autonomia das partes. Assim, a parte que é obrigada a transacionar para ver direito certo ser efetivado não concorre com autonomia para formação do ato, portanto, tenho que tal exigência é ilícita e dela não se podem produzir efeitos, motivo pelo qual, neste ponto, entendo inatacável a decisão objurgada.

O caso apresentado nos autos também envolve a incorporação ao vencimento-base dos apelados de valor correspondente ao percentual de 3,5% do salário mínimo regional, tema conhecido deste Tribunal de Justiça e objeto de ajuizamento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental perante o STF.

A presente matéria versa sobre suposto direito adquirido dos autores, ora apelados, à isonomia salarial, em razão de exercerem cargos idênticos e desempenharem as mesmas funções de 160 (cento e sessenta) professores que lograram êxito numa reclamação trabalhista, cuja decisão transitou em julgado, os quais percebem a remuneração da hora-aula no percentual de 3,5% (três e meio por cento) do salário mínimo regional, com fulcro no Decreto nº 67.322/70.

Pois bem. De forma cristalina, percebo a subsunção ao caso da Súmula nº 339, do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual “*Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia*”. [assinatura]



1325
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Ademais, de acordo com os artigos 475-L, § 1º e 741, parágrafo único do CPC, *"considera-se também inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, ou fundado em aplicação ou interpretação da lei ou ato normativo tidas pelo Supremo Tribunal Federal como incompatíveis com a Constituição Federal"*.

De fato, o pretenso direito dos autores vai de encontro ao contido no enunciado da Súmula Vinculante nº 4 do STF, no sentido de que *"o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial"*, não havendo previsão da possibilidade do caso concreto na Constituição Federal, conforme já especificado.

Ademais, os servidores tomados como paradigmas pelos autores, que percebem vencimentos maiores que os seus, obtiveram, mediante decisão judicial, na esfera trabalhista, vantagem pessoal, já que proveniente de direito pessoalmente conquistado por cada um deles, em processo judicial de natureza subjetiva, insuscetível de servir de paradigma, por invocação do princípio da isonomia.

Nesse sentido, colaciono alguns julgados desta Corte de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL, ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO. AÇÃO ORDINÁRIA. PROFESSORA ESTADUAL. HORA-AULA COM BASE EM 3,5 SALÁRIOS MÍNIMOS. PRETENSÃO DE ISONOMIA. DESCABIMENTO. SÚMULA VINCULANTE Nº 4 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. INTEGRATIVO IMPROVIDO. 1. Restou assente que a decisão monocrática agravada não merece reforma, pois a questão pioneira versa questão unicamente de direito, a implicar na aplicação da regra contida no art. 330, I, do CPC, afastando as questões processuais argüidas. 2. Mérito. A pretensão deduzida na origem vai de encontro ao contido no enunciado da Súmula Vinculante nº 4 do STF, no sentido de que "o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial", não havendo previsão da possibilidade do caso concreto na Constituição Federal,



1326
57

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

conforme já especificado. 3. Pretensão contrária ao enunciado da Súmula nº 339 do STF. 4. Precedentes citados deste Sodalício. 4. Recurso de agravo à unanimidade improvido, não se considerando vulnerados os arts. 5º, XXXVI e LV; 7º, VI; 37, XV, e 93, IX, da CF; 2º, § 1º, da LCE nº 03/90 e 467 do CPC, explicitamente prequestionados. 8ª Câmara Cível. AGV 253630-9 PE. Julgado: 12/04/2012. Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto.

APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROFESSORES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO. AÇÃO REVISIONAL DE PROVENTOS E VENCIMENTOS. PEDIDO DE ISONOMIA (com fundamento no art. 39, § 1º, da CF/88, e no art. 1º, § 2º, XIV, da LCE 03/90) COM GRUPO DE PROFESSORES CELETISTAS QUE OBTVEU, NA JUSTIÇA DO TRABALHO (MEDIANTE SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO), O DIREITO À REMUNERAÇÃO DA HORA-AULA À BASE DE 3,5% DO SALÁRIO-MÍNIMO. 1. A LCE nº 03/90 transformou os antigos contratos de trabalho (e os respectivos empregos) em cargos públicos, mantidos os níveis remuneratórios então praticados - à luz da regra constitucional que garante a irredutibilidade de vencimentos (art. 7º, VI, da CF), aplicável tanto ao regime de emprego como ao estatutário -, mas não a sistemática de remuneração, própria do regime celetista. 2. Por isso, os beneficiários da decisão transitada em julgado na justiça laboral, tiveram o vínculo celetista convertido em estatutário, mantendo, todavia, o nível remuneratório que detinham naquela ocasião, superior ao dos demais professores, tanto os demais celetistas naquela ocasião transformados em estatutários, quanto os estatutários de origem. 3. **O sentido e o alcance atribuídos pelo Supremo Tribunal Federal ao princípio da isonomia não permite ao Poder Judiciário determinar, com fundamento naquele princípio, aumento da remuneração de servidores públicos, à revelia de lei específica.** 4. Uma vez que a regra insere no art. 1º, § 2º, XIV, da LCE 03/90, apenas reproduziu, em âmbito local, a regra constitucional encartada no art. 39, § 1º, da CF, na sua redação originária, anterior à Emenda Constitucional nº 18/98, é evidente que não teve o condão de assegurar, operar, ou concretizar, no plano do direito positivo, isonomia remuneratória entre os professores novéis estatutários (celetistas convertidos) beneficiários de decisão da justiça laboral - de um lado - e os antigos professores originariamente estatutários e os também novéis



1324
[assinatura]

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

estatutários (celetistas transformados em estatutários) que não integraram o grupo de beneficiados pela Justiça do Trabalho - de outro lado. 5. Nesse sentido, em função dos limites objetivos e sobretudo dos limites subjetivos da decisão trabalhista transitada em julgado, é evidente que a mesma não tem o condão de ser estendida, por efeito reflexo da unificação dos regimes (em torno do regime estatutário), a todos os demais professores, sejam os estatutários de origem, sejam os outros então celetistas e também recém-convertidos à condição de estatutários. 6. Cumpra ainda registrar que a pretensão dos autores/apelados vulnera, frontalmente, a proibição de utilização do salário-mínimo como fator de vinculação para a fixação da remuneração de servidores públicos, consolidada na Súmula Vinculante nº 04. 7. Reexame necessário provido, prejudicado o apelo voluntário. 8ª Câmara Cível. AC 144993-0. Relator: Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello. Julgado: 29/04/2010.

Com base em todas as considerações acima expendidas, voto no sentido de dar parcial provimento ao apelo para, mantendo a sentença objurgada apenas em relação ao pleito do adimplemento do pagamento dos efeitos financeiros decorrentes da aplicação do art. 51 da Lei 11.559/98, reformar a sentença de primeira instância considerando improcedentes os demais pleitos autorais, quais sejam, (i) o reenquadramento dos apelados em relação ao sistema instituído pela lei nº 11.559/98, e (ii) a incorporação no vencimento-base dos apelados do percentual de 3,5% sobre o salário-mínimo regional.

Em decorrência do Estado de Pernambuco ter decaído de parte mínima do pedido, voto pela inversão do ônus da sucumbência, na mesma proporção fixada na decisão combatida.

É como voto.

Recife, 13 de 03 de 2013.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Revisor



1330
[assinatura]

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 19.03.2013

APELAÇÃO CÍVEL Nº 140705-4 – RECIFE

APELANTES : ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADO : ADAIL GOMES DE LIMA
RELATOR : DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO
REVISOR : DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Eu vejo que, da Tribuna, nós temos postado, acredito, Procurador do Estado. Eu peço que Vossa Excelência decline o vosso nome para efeito de registro em notas taquigráficas e a parte a quem defende. Vossa Excelência não precisa trazer o seu número de ordem em razão de ser Procurador do Estado. Vossa Excelência, a partir desse momento, tem quinze minutos.

DR.º THIAGO MANUEL MAGALHÃES FERREIRA - PROCURADOR DO ESTADO

SUSTENTAÇÃO ORAL

Meus cumprimentos tanto ao Desembargador Presidente desta Câmara, Dr. Fernando Cerqueiro; ao Desembargador Relator, Desembargador Jorge Américo; ao Desembargador Revisor, Desembargador Erik Simões; ao Representante do Ministério Público; e aos Demais Serventuários e aos Demais Presentes.

Trata-se de demanda promovida por professores especialistas em educação, todos inativos do sistema de ensino fundamental e médio do Estado de Pernambuco contendo três pleitos.

Primeiro pedido:

"A Procedência da ação a fim de que sejam corrigidas as distorções do enquadramento dos postulantes decorrentes da aplicação do plano de cargos e carreiras instituído pela Lei Estadual nº 11559/10/06/58."

Segundo Pedido:

"Também para que, ao vencimento básico dos autos, sejam incorporados os valores de 3,5% do salário mínimo regional por hora/aula, nos termos do Decreto Federal nº 67.322/02/10/1970, os quais foram conferidos aos professores PSM, conforme definido pelo artigo 36 e seus parágrafos 1º e 2º, da mesma lei e seu anexo V, cujos valores deverão ser acrescidos de correção além da incidência do 13º salário."

E terceiro pedido:

1 [assinatura]



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

"Ainda e igualmente, que sejam pagos os acréscimos e diferença devida da aplicação do Plano de Cargos e Carreiras, Lei nº 11559, a crédito dos postulantes, os quais deverão ser apurados em execução, corrigidos e acrescidos de juros e 13º incidentes."

É certo que a sentença que julgou procedentes os pedidos não pode prosperar. Por partes, contraponho cada pedido.

Da questionada distorção do enquadramento efetuado: a Lei Estadual nº 11559/10/06/98 instituiu o Plano de Cargos e Carreiras do quadro permanente de pessoal do sistema público estadual de educação e esportes do Estado de Pernambuco. O cerne do litígio gira em torno dos critérios do enquadramento dos servidores do quadro permanente de pessoal acima descrito.

Na primeira fase do enquadramento, a transformação dos quadros existentes para cargos integrantes do Plano de Cargos e Carreiras foi efetuada de acordo com os critérios de faixa salarial na tabela correspondente ao cargo e o tempo de serviço.

A parte autora discorda dos critérios utilizados na primeira fase e especialmente na segunda fase e busca a via judicial para debater tal ponto.

Em um primeiro momento, a parte autora (ora apelada) afirma a existência de paridade entre os cargos de professor catedrático com o professor FX9. Em verdade, objetiva que o cargo de professor catedrático seja enquadrado como cargo de professor II.

Ora, não resta possível a equiparação entre cargos públicos diversos conforme a norma prevista no artigo 3º, XIII, da Constituição Federal para efeitos remuneratórios. Por isso, esse argumento deve ser repellido.

Outro argumento levantado consiste em um direito adquirido a serem enquadrados no topo da carreira.

Veja o seguinte trecho da exordial:

"De acordo com os critérios vigentes, o professor II, carga horária de 150 horas, grade de vencimento de graduado com licenciatura plena e doutorado chega ao topo com vencimento de R\$901,41. Do mesmo modo e na mesma oportunidade em que foi concretizado o enquadramento, o mesmo oficial, com carga horária de 200 horas, grade de vencimentos de graduado, com licenciatura plena e doutora, era de chegar ao topo da carreira com vencimento básico de R\$1.201,88. Inconteste, pois, que os professores II e os especialistas em educação, porque quando o enquadramento havia atingido antes a FS9, eram de ter sido conferido, conforme a sua carga horária, o vencimento básico respectivamente de R\$ 901,41 e R\$ 1.201,88. Conforme o Plano de Cargos e



1331

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Carreiras, a segunda fase de enquadramento é específica e, contempla os servidores que possuam titulação obtida em cursos de especialização e pós-graduação. Os autores entendem que fazem jus aos cargos oriundos da segunda fase de enquadramento mesmo sem o respectivo título com base na alegação de possuírem direito adquirido a serem enquadrados no topo da carreira. Para a resolução da questão jurídica, basta aplicar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. No Agravo Regimental Recurso Extraordinário nº 611408, ficou assentado que: 'isso porque os servidores públicos inativos não têm direito adquirido ao regime jurídico previsto na lei sob a égide na qual houve a aposentação quando a mudança da base de cálculo não implicar a redução dos proventos por eles percebidos.' É cediço, no Supremo Tribunal Federal, que a alteração do regime jurídico que respeita o princípio da irredutibilidade dos vencimentos não viola o direito adquirido nem o artigo 40, parágrafo 8º, anterior ao parágrafo 4º da Constituição Federal."

Já, na medida cautelar, em ADI 1776, ficou assentado que:

"Isonomia constitucional versus equiparação ou vinculação de vencimentos. O artigo 39, § 1º da Constituição 3. O art. 39, § 1º, da Constituição – "A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário..." – é princípio explicitamente dirigido ao legislador e, portanto, de efetividade subordinada à sua observância recíproca pelas leis de fixação dos vencimentos dos cargos de atribuições iguais ou assemelhados; é que a Constituição mantém a proibição, vinda da 1967, de vinculações ou equiparações de vencimentos (CF 88, art. 37, XIII), o que basta para elidir qualquer ensaio – a partir do princípio geral da isonomia – de extrair, de uma lei ou resolução atributiva de vencimento ou vantagens determinadas a um cargo, força bastante para estendê-los a outro cargo, por maior que seja a similitude de sua posição e de suas funções"

Os dois citados julgados resolvem claramente a questão.

Primeiro, a alteração do regime jurídico que diz respeito ao princípio da irredutibilidade dos vencimentos não viola o direito adquirido nem o artigo 40, § 8º, da Constituição Federal. Desse modo não há o direito adquirido alegado pelos demandantes.

Segundo, o princípio da isonomia um princípio especialmente dirigido ao legislador. Desse modo, tal pedido deve ser julgado improcedente.

Quanto ao segundo pleito, a incorporação de valores 3,5% do salário mínimo regional por hora-aula, o tema restou apreciado e consolidado neste Egrégio Tribunal de Justiça, no julgamento da Ação Rescisória tombada sob o número 126401-9. No caso, o posicionamento adotado foi que não há obrigatoriedade do Estado Membro aos professores estaduais com base no princípio da isonomia. Em recurso de Embargos Infringentes, a decisão foi mantida. Consta

3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

a íntegra da ementa nos memoriais distribuídos. Por essa razão, deve ser reformada a sentença também nesse ponto.

Quanto ao terceiro, o efeito financeiro do enquadramento previsto no artigo 51, da Lei Estadual nº 11559/1998 faz-se imprescindível analisar o disposto no citado artigo.

“Art. 51. Os efeitos financeiros decorrentes da presente Lei referentes à primeira fase do enquadramento, obedecerão, rigorosamente, ao seguinte:

I - a primeira etapa ocorrerá a partir de 1º de março de 1998 a 31 de outubro de 1998, conforme o disposto no Anexo VI;

II - a segunda etapa ocorrerá a partir de 1º de novembro de 1998, conforme o disposto no Anexo IV.”

A parte autora questiona o teor da Lei Estadual nº 12151/2001. O instrumento normativo gira em torno dos efeitos financeiros retroativos decorrentes do enquadramento previsto pelo artigo 30, § 2º, XI, do Plano de Cargos e Carreiras.

Dispõe o citado dispositivo legal.

“Art. 30. O enquadramento dos servidores no Quadro Permanente de Pessoal do Sistema Público Estadual de educação e Esportes ocorrerá em 02 fases distintas e complementares, com critérios específicos para cada uma delas.”

(....)

“§ 2º A Segunda Fase é específica para os servidores já enquadrados na 1ª fase, que tenham cumprido o estágio probatório e consiste na sua passagem para a matriz de vencimento correspondente e sua habilitação, mediante processo de apresentação e comprovação da titulação obtida.”

Observe-se que a referida lei estadual possuía a sua esfera de eficácia reduzida a uma situação jurídica. O destaque é a ocorrência de equívoco interpretativo da parte autora. O artigo 51 da Lei Estadual nº 11559 trata dos efeitos financeiros de enquadramento da primeira fase, enquanto a Lei Estadual nº 12151/2001 se refere somente a segunda fase do aludido enquadramento.

Quanto à questão do termo de transação mencionado na referida lei, gira em torno especificamente da forma do pagamento da verba retroativa com o fim de evitar a oneração em demasia do erário público em lapso temporal. Por tal razão, ocorreu o parcelamento da verba retroativa em vários meses até correr a quitação. A verba era de vinte e quatro milhões reais. Não houve uma



1332
D

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

redução dos valores como almeja expor a parte autora. Essa conclusão pode-se verificar a partir da mera leitura do diploma legal.

Ainda, a respeito desse ponto, vale frisar o seguinte trecho da exordial:

"Ainda ultrapassados os limites da legalidade, ao definir no artigo 3º do decreto reportado que a transação de que trata o artigo anterior é condição imprescindível para o pagamento dos valores financeiros retroativos na forma prevista neste decreto de tal ordem que o Estado teve o desplante de deduzir dos contracheques, destaque-se, de alguns dos autores a parcela de cem reais paga anteriormente a título de efeito financeiro.

Do teor do trecho em destaque duas conclusões são possíveis. Vários autores não se enquadram no citado dispositivo legal, pois a segunda fase gira em torno da apresentação de títulos de pós-graduação em sentido strito sensu ou lato sensu ou títulos de especialização. Ou a outra conclusão possível é que vários demandantes receberam retroativo financeiro na forma prevista na Lei Estadual nº 12151.

E em outras palavras, os demandantes que não tenham participado do processo de apresentação e comprovação de titulação obtida não fazem jus a participar da segunda fase do enquadramento. E não estão na ótica de alcance da Lei Estadual 12151.

Por outro lado, destaque-se a Lei Complementar nº 25/99m vigente ao tempo da edição da lei estadual que suspendeu a vigência da segunda fase de enquadramento. Consta o inteiro teor no memorial... (interrompido).

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Vossa Excelência tem um minuto e meio.

DR. TIAGO MANUEL MAGALHÃES FERREIRA (REPRESENTANTE DO ESTADO DE PERNAMBUCO)

Um minuto e meio. Eu sei, eu estou cronometrando. Estou encerrando.

Por esta razão, está suspensa a vigência e fez-se imprescindível a assinatura do termo de transação elaborado pela Procuradoria Geral do Estado com o fim de possibilitar o pagamento tais verbas. A norma prevista no artigo 30, § 2º, inciso X, da Lei Estadual 11559, estava com a eficácia suspensa em razão da Lei Complementar 2599. Desse modo, foi celebrado um acordo entre os interessados e chefe do Poder Executivo com o fim de possibilitar e legitimidade o pagamento de valores retroativos relativos à segunda fase do enquadramento dos servidores da área de educação. Aos que se recusarem de

5
A



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

celebrar a transação, não se pode afirmar que é um direito subjetivo de receber tais verbas, uma vez que a eficácia dispositiva estava suspensa por força de lei posterior. Frise-se que a primeira etapa e a segunda etapa prevista no artigo 51 da Lei Estadual nº 11559/98 foram devidamente cumpridas.

Por essas razões, a sentença deve ser reformada com o fim de julgar improcedentes todos os pedidos formulados na exordial.

Obrigado pela atenção.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Agradeço os subsídios trazidos pelo eminente Procurador do Estado de Pernambuco e agora vejo o advogado, acredito que das partes. Peço a Vossa Excelência que, mesmo sendo por demais conhecido nesta Casa, que anuncie o vosso nome e a parte a quem defenda e a inscrição na ordem dos advogados para efeito apenas de registro.

Vossa Excelência, a partir deste momento, tem quinze minutos.

DR.º JOSÉ HENRIQUE WANDERLEY FILHO - OAB/PE 3450-PE.

Senhor Desembargador Presidente, Senhor Desembargador Relator, Senhor Desembargador Revisor, Senhora Procuradora de Justiça.

No Relatório de Sua Excelência Desembargador Relator, creio que demarcou precisamente a matéria que já sob discussão. Os apelados, antes da vigência da Lei 11559, exerciam os cargos de catedráticos do ensino do Estado de Pernambuco e os cargos da área de educação do Estado, eles eram divididos em quatro tipos: catedrático, professor I, professor II e especialista em educação. Todos eles detentores, no caso dos apelados, de título superior. Com o advento da Lei 11559, o que se verificou foi que a lei, ao definir a atividade dos professores, deu um tratamento diferencial à determinada classe de professores em detrimento dos apelados que, por força da nova norma, não mais poderiam ascender até o topo das classes ali previstas.

A ação foi objeto do primeiro item exatamente para questionar esse enquadramento obedecendo ao princípio da isonomia e até mesmo do direito adquirido, porquanto todos eram professores de uma mesma forma de remuneração antes da edição da Lei 11559.

Há um segundo pedido, também formulado nesta ação ordinária, invocando o princípio da isonomia porquanto um grupo de professores, na época, havia ingressado com uma reclamação trabalhista junto à Justiça do Trabalho e tinham obtido o direito a serem remunerados pela hora/aula com base no



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

1333
0

percentual de 3, 5% do salário mínimo. Essa decisão da justiça trabalhista foi objeto de revisão e mantida pelo Tribunal Regional e perante os tribunais superiores. E um grupo de mais de cento e cinquenta e tantos professores passaram a ser remunerados por esse percentual de 3,5% enquanto que os demais não incluídos nesta demanda eram remunerados na base de 2,89% do salário mínimo. Invocou-se, na ação ordinária, o direito da isonomia de tratamento.

E o terceiro pedido foi no sentido de que fossem liberadas as parcelas atrasadas decorrentes da Lei 11559, até mesmo independentemente dos questionamentos anteriores, considerando que havia um dispositivo constante do decreto e previsto também na lei no sentido de que, para que tivesse jus a esses atrasados, deveriam esses professores assinar um termo de transação. Como houve uma recusa uma vez que se pretendia ajuizar a medida judicial em relação até mesmo a outros itens, esse é o motivo do terceiro no sentido de franqueamento desses atrasados em favor dos apelados.

Logo após, o douto juiz do 1º grau julgou a ação procedente e acolheu integralmente numa decisão bastante minuciosa e detalhada todos os pedidos formulados na petição inicial, ação essa que inicialmente foi patrocinada pelo advogado Egídio Ferreira Lima. Eu passei a atuar apenas a partir do momento em que o Dr. Egídio resolveu, sem nenhuma justificativa, se aposentar das funções de advogado, tendo me indicado para a continuação do acompanhamento feito.

Quando de apelação do Estado ingressou nesta Casa, o primeiro Desembargador Relator suspendeu a tramitação do feito sob o argumento que tramitava perante o Supremo Tribunal Federal uma ação de descumprimento do preceito fundamental nº 079, oriunda aqui do estado de Pernambuco, onde o Governador pretendia a revisão de diversas decisões judiciais que asseguravam o direito à extensão da reclamação trabalhista em relação aos demais professores.

Este é o único item constante desta ação de descumprimento de preceito fundamental, todavia Sua Excelência entendeu e posteriormente o Desembargador substituto antes do Desembargador Jorge Américo que confirmou por duas vezes entender pela suspensão do feito sob o argumento de que haveria uma abrangência maior dessa DPF. Essa DPF até hoje não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal, mas há decisões interlocutórias neste processo em que o Ministro César Peluzzo, na época o Relator, reconheceu que efetivamente que a DPF somente poderia se dirigir e, como tal, a liminar de suspensão valeria, em relação especificamente à discussão dos 3.5% do salário mínimo, mas excluiu também em relação a esse item as decisões transitadas em julgado oriundas que já existiam no estado de Pernambuco, bem como as decisões ou os cargos existentes em que havia mais de um fundamento para a concessão da medida que não exclusivamente a sentença proferida na Justiça do Trabalho.

[Assinatura]



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

Invocou especificamente a Lei Complementar nº03, fundamento da sentença em relação também ao 3,5% cuja disposição que criou o Regime Único Estadual. Essa Lei Complementar nº 03 expressamente assegura o princípio da isonomia seguindo o velho princípio de todas as constituições de que "para cargos iguais, salários iguais". A lei estadual, a lei complementar estendeu, mais uma vez, repetiu a Constituição do Estado também diz que "para cargos iguais, salários iguais". E o pleito que se faz é exatamente nesse sentido em relação não somente em razão do tratamento desqualificado em relação aos apelados versus outros professores, como tem em relação ao item da extensão da medida do 3,5, cujo julgamento, repete-se, ainda não ocorreu perante o Supremo Tribunal Federal.

Esses são os fundamentos que se utilizam como base considerando que se pode resumir efetivamente toda lide a essas questões.

A primeira de que houve um tratamento evidentemente diferenciado em relação a professores que, num momento anterior à lei, tinha exatamente o mesmo tratamento e passaram a ser tratados diferenciadamente a partir da lei de planos e carreiras. Ofensa evidente ao princípio do direito adquirido e até mesmo do ato jurídico perfeito e principalmente ao princípio de que "para cargos iguais, salários iguais".

Repete-se a Defesa o argumento em relação à equiparação da decisão judicial que concedeu a diversos professores nas mesmas condições dos apelados uma hora mais valorizada e se questiona e se sustenta a manutenção da sentença em relação ao item 3 em que o juiz de 1º grau desprezou a exigência legal de uma transação judicial para poder assegurar as vantagens, os atrasados que a própria previa para todos os professores. São essas razões, Senhores Desembargadores, que animam os apelados no sentido de que a sentença será integralmente mantida.

Obrigado.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

Agradeço os subsídios trazidos pelo eminente advogado Dr. José Henrique Wanderley, que usou apenas de nove minutos e trinta segundos do seu tempo.

Eu volto à palavra ao eminente Relator para proferir o seu voto.

VOTO DO RELATOR NAS FOLHAS 1304/1320 DOS AUTOS.



1334
0

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

VOTO DO REVISOR NAS FOLHAS 1321/1327 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE)

A Turma, então, está em consonância. O entendimento do Revisor é o mesmo do entendimento do Relator. A questão está muito bem posta, esclarecida, não há dúvida absolutamente nenhum em relação aos pontos que foram aqui explicitados, tanto no voto do eminente Relator quanto do voto do eminente Revisor. A questão das provas carreadas ao longo do *iter* processual não causou nenhuma agressão ao ato jurídico perfeito. A Administração Pública é livre para reenquadrar os seus servidores ativos e inativos, desde que não cause decesso nos vencimentos ou proventos. Não há que se falar, portanto, em violação de direitos adquiridos ou do princípio da isonomia. Se a Administração altera o escalonamento hierárquico da carreira a que pertence o servidor inativo enquadrando em novos níveis para a progressão dos servidores da ativa desde que não implique em redução dos proventos dos servidores inativo. O pagamento de verba atrasada insurge como cabível na medida em que não é legítimo condicionar o pagamento mediante assinatura de termo de transação. A transação é ato de vontade das partes e, no particular, o Estado não efetuou nenhum pagamento decorrente do artigo 51, da Lei 11559/98 aos apelados tendo em vista que estes não aderiram à transação imposta pelo artigo 4º da Lei Estadual nº 12151.

E, nessa linha de entendimento, o voto do Relator, seguido pelo Revisor, é que, nos termos da Súmula do Supremo Tribunal Federal, no verbete 339, não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

Portanto, Senhores Desembargadores, Senhora Procuradora, o meu voto também se filia ao voto da Turma, dando provimento parcial à apelação para julgar improcedentes os itens "a" e "c" da sentença de 1º grau, mantendo a sentença em relação ao item "b". É exatamente esse os termos da conclusão a que chegam os eminentes Desembargadores Relator e Revisor, e, nos termos do § único do Código de Processo Civil, deve haver inversão do ônus da prova, tendo em vista que o Estado decaiu da parte mínima do pedido. O meu entendimento é o mesmo: dando provimento parcial à apelação para julgar improcedentes os itens "a" e "c" da sentença de 1º grau, mantendo a sentença em relação ao item "b".

9



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE, A TURMA JULGADORA DEU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO, EM ORDEM A JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS CONSTANTES NOS CAPÍTULOS A E C, DA SENTENÇA RECORRIDA, MANTENDO, TÃO SOMENTE, A PRETENSÃO DOS AUTORES CONSTANTES DO ITEM B DA SENTENÇA SINGULAR, COM INVERSÃO DOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR E DO REVISOR." NA OPORTUNIDADE, FOI PROFERIDA SUSTENTAÇÃO ORAL DO PROCURADOR DO ESTADO DR.º THIAGO MANUEL MAGALHÃES FERREIRA E DOS APELADOS - DR.º JOSÉ HENRIQUE WANDERLEY FILHO - OAB/PE 3450-PE.
